



LUTO NO CT

A pandemia fez mais uma vítima na UFRJ. Com apenas 32 anos, Erika Queiroz deixa três filhos e muita saudade. Ela trabalhava na limpeza do CT, centro em que dez terceirizados testaram positivo nas últimas semanas **Página 3**

CORTE DE ADICIONAIS MOBILIZA PROFESSORES. ADUFRJ ESTUDA ENTRAR NA JUSTIÇA

Página 6



Campanha do Sintufrj denunciou a irresponsabilidade sanitária do governo federal na pandemia e provocou ataques bolsonaristas. Sindicato recebeu solidariedade de todo o país

Páginas 4 e 5



EDITORIAL

NA TERRA DAS INVERSÕES,
QUEM TEM UM OLHO É PRESO!

DIRETORIA

Sim, a que ponto chegamos! O mundo sabe quem é o responsável principal pela perda de centenas de milhares de vidas brasileiras provocada pela covid-19, assim como se sabe que vermífugos não são eficazes no tratamento da doença. Mas, aqui no Rio de Janeiro, um deputado inexpressivo se acha no direito de intimidar a universidade, secundado por criminosos que usam a violência verbal e física para tentar silenciar o Sintufjrj por conta de sua excelente campanha “Vacina no braço, comida no prato”. E tudo isso acontece na mesma semana em que é instalada no Senado Federal a CPI que vai justamente apurar a responsabilidade do governo federal na desastrada condução das ações do Ministério da Saúde no combate à pandemia.

Quem deve responder a alguma coisa neste país são as autoridades que estavam distribuindo kits ineficazes, enquanto o povo precisava de oxigênio para respirar. Não há fake news que esconda essa realidade

Enquanto a reitoria caminha na corda bamba, tentando equilibrar suas posições e se proteger de alguma ação no âmbito jurídico, a comunidade universitária não tem dúvidas quanto ao seu papel neste momento. Somos uma instituição que só compreende sua existência se fundamentada na liberdade de expressão, num ambiente de pluralidade de pensamentos e com a mais ampla possibilidade de exercício crítico. Não temos dúvida de quem tenha cometido algum crime. Todas as entidades representativas da UFRJ, desde o primeiro dia da quarentena, em março do ano passado, vêm se ocupando em apoiar as ações orientadas por comitês técnico-científicos da universidade para o combate à covid-19. Nós distribuimos cestas básicas, ajudamos a produção de álcool em gel, acudimos emergencialmente o HU e o IPPMG, assim como apoiamos iniciativas para a testagem e controle da doença. Quem deve responder a alguma coisa neste país são as autoridades que estavam distribuindo kits ineficazes, enquanto o povo precisava de oxigênio para respirar. Não há fake news que esconda essa realidade.

Essa é, sem dúvida, a maior dívida do governo Bolsonaro com



o povo brasileiro. Não é a única, mas não iremos aqui elencar todas elas, a não ser a mais recente, que afeta diretamente a nossa universidade. Ao fechar esta edição, tomamos conhecimento da nomeação da nova presidente da Capes, uma senhora que se graduou e fez doutorado numa instituição que pertence à sua família. E esta vem a ser a universidade na qual se graduou também o ministro da Educação. Até aqui, nada seria tão escandaloso que não pudesse ser absorvido pela comunidade científica. Mas se trata de uma docente que integra um curso que foi avaliado com nota 2 pela própria instituição que ela pretende dirigir. E mais, esse sim, o problema mais complicado: essa avaliação foi reavaliada para 4 pela presidência da instituição, ainda no governo Temer. Ora, temos aí nessa manobra todos os elementos da velha tradição conservadora brasileira de acordos familiares, personalismo e privilégios para grupos que se recusam a se submeter ao jogo republicano de respeito às regras impessoais e institucionais. Mas a crítica não era do “aparelhamento”?

Em todos os campos, em todas as áreas de atuação do governo, inclusive nas mais sensíveis e perigosas, como a Polícia Federal e as Forças Armadas, o que vemos é o aparelhamento e a perseguição àqueles que não se calam. Até aqui, vamos cambaleando numa frágil estabilidade institucional. Tudo parece funcionar normalmente, mas nada é o que parece. Convivemos com vazamentos de improperios, provocações de um presidente da República que não tem qualquer respeito pelas responsabilidades institucionais que pesam sobre ele, e tudo isso parece aceitável. A universidade, protegida pelo princípio constitucional da autonomia, não pode ceder nem um milímetro à exceção e ao arbítrio. Não haverá nada a proteger, se não formos capazes de nos contrapor aos absurdos cotidianos, seja nas grandes questões, seja naquelas mais diretas, que afligem o nosso dia a dia.

NOMEAÇÃO NA PRESIDÊNCIA DA CAPES
REVOLTA COMUNIDADE ACADÊMICA

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

A nomeação da nova presidente da Capes, Cláudia Mansani Queda de Toledo, causou indignação na comunidade acadêmica. Ela é reitora do Centro Universitário de Bauru, antes Instituição Toledo de Ensino, fundado pela própria família, onde obteve o doutorado em Direito. “A escolha se dá pelo seu compromisso com a comunidade acadêmica e científica em sua trajetória como reitora, coordenadora de pós-gra-

duação e professora”, escreveu o ministro da Educação, Milton Ribeiro, em seu perfil no Twitter. Os predicados acadêmicos indicam o contrário. Responsável pelo fomento e avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no país, a Capes atribuiu nota 4 ao curso de doutorado da instituição. É o mínimo para funcionamento. O curso de mestrado, coordenado pela professora, recebeu nota 2 e foi descredenciado em 2017. Nas redes sociais, internautas também chamaram atenção que a nova presidente da Capes registra reuniões comuns com colegas de curso no

currículo Lattes.

Uma reportagem da Folha de S. Paulo de 2002 também não é favorável à família fundadora do centro universitário. À época, um integrante do clã, Mauro Toledo, compareceu espontaneamente ao Ministério Público e à Polícia Federal para denunciar os “negócios oblíquos” da família. A denúncia é de desvio de recursos para favorecimento dos Toledo. A nova presidente da Capes está entre os citados.

Mas há outra “pista” para a escolha. O ministro e o advogado-geral da União, André Mendonça, se formaram em Direito

na instituição. Após assumir o cargo, no ano passado, Ribeiro ganhou uma medalha e uma foto no hall de entrada do centro universitário.

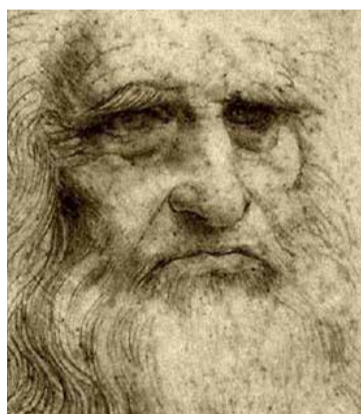
A Sociedade Brasileira de Física divulgou nota nesta sexta (16) em que cobra do MEC a revisão da nomeação e a indicação de alguém “com histórico profissional e formação mais adequados”. “Uma análise de seu currículo disponível na Plataforma Lattes mostra que a indicada não possui as qualidades esperadas para o cargo”, diz um trecho. “A Capes, que completa 70 anos em julho, merecia mais respeito”, afirma o vice-presidente da AdUFRJ, professor Felipe Rosa.

DESTAQUE



■ A capa desta edição do **Jornal da AdUFRJ** apresenta ilustrações assinadas pela cartunista Laerte. Num gesto importante de solidariedade e respeito à imprensa sindical, Laerte liberou a publicação de seus desenhos para todos os sindicatos não patronais. O designer da AdUFRJ, André Hipperdt, adaptou o traço de Laerte, feito nos anos 1980, para a realidade da semana na UFRJ.

Laerte é uma artista nascida na capital paulista em 10 de junho de 1951. Estudou Comunicação e Música na USP, mas não chegou a se formar. Considerada uma das mais importantes cartunistas do país, colaborou para diversas revistas e jornais. Aos 69 anos, tomou esta semana a segunda dose da vacina contra a covid-19.

ANIVERSÁRIO DE
DA VINCI É O DIA
MUNDIAL DA ARTE

■ Desde 2012, a Associação Internacional de Arte decretou 15 de abril como Dia Mundial da Arte. A data é uma homenagem ao dia do aniversário de Leonardo da Vinci (1452-1519), um dos gênios mais completos de todos os tempos. Autor de pinturas como a Mona Lisa e A Última Ceia, ele disse: “A arte diz o indizível; exprime o inexprimível; traduz o intraduzível”. Parabéns a todos os artistas da UFRJ!

COVID-19

Dez terceirizados do CT testam
positivo e preocupam UFRJ

> Exames foram realizados no centro de testagem da universidade durante o mês de março. Decano suspendeu atividades e alterou protocolo de trabalho. Uma funcionária morreu

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Dez terceirizados de limpeza do Centro de Tecnologia testaram positivo para a covid-19 em março. A funcionária Erika Queiroz, de apenas 32 anos, não resistiu. No dia 30, ela se tornou uma das mais de 365 mil vítimas da doença no país. A decania do CT não tinha registro de tantos casos assim desde o início da pandemia. Segundo especialistas consultados pela reportagem, a situação não se caracteriza tecnicamente como um surto. Mas preocupa.

Decano do Centro, o professor Walter Suemitsu falou sobre a dificuldade do gestor público nesta situação: “Tentamos fazer o melhor dentro do nosso alcance, dar as condições para trabalhar com segurança”, diz. “Mas não basta só o nosso ambiente. Há a questão do transporte público, por exemplo”, lamenta.

Após tantos casos, o CT decidiu afastar todos os trabalhadores de limpeza, pouco antes do “superferiado” decretado pela prefeitura do Rio, de 26 de março a 4 de abril. Eles só retornaram às atividades após apresentação de testes negativos. Todos os exames estão sendo feitos pelo Centro de Triagem e Diagnóstico da UFRJ, no Bloco N do Centro de Ciências da Saúde.

Também foram solicitadas medidas mais rigorosas de orientação e prevenção à empresa Soluções, responsável pela prestação do serviço. A decania cobrou maior distanciamento entre os terceirizados



ERIKA: saudade e tristeza

nos momentos de assinatura de folha de ponto e no horário de almoço.

A falta de prevenção entre os próprios funcionários não ajuda. É comum ver muitos trabalhando sem máscaras. Uma colega de Erika — que prefere não se identificar — manda uma mensagem para todo o segmento: “Para se cuidar mais, usar bastante álcool em gel, evitar andar em aglomeração. A doença não veio para brincar. Veio pra matar mesmo. E está matando muita gente”.

SAUDADE

Familiares e amigos lembram, com saudade, da moradora da Maré, mãe dedicada de três filhos, muito extrovertida e companheira. “Fazia amizade com qualquer um. Era muito querida aqui na Vila do Pinheiro e era uma mãezona”, diz o primo de Erika, Marcelo Henrique, técnico de laboratório pela Fundação Coppel. “Quando a gente fazia uma festinha, ela gostava de preparar um baão de dois, que

ficava uma delícia”, completa.

A rapidez do agravamento dos sintomas surpreendeu. Poucos dias após ser afastada do trabalho no CT, ao lado de todos os funcionários de limpeza, ela começou a sentir falta de ar. A família procurou apoio na UPA da Maré e no hospital Evandro Freire, na Ilha, mas Erika, que não tinha qualquer doença preexistente, não chegou a ser hospitalizada. Durante uma noite, ela piorou e acabou internada na UPA da Maré, enquanto aguardava um leito de UTI.

Na unidade de saúde, mais um reflexo da crise sanitária nacional: a família foi informada de que havia mais de 600 pessoas na mesma situação e à frente de Erika, na “fila” de regulação dos leitos. No desespero, o primo e o marido recorreram ao Ministério Público. No mesmo dia 30 de março em que conseguiram uma liminar para garantir a transferência dela em até 24 horas para uma UTI, pública ou privada, Erika não resistiu.

TERCEIRIZADOS VULNERÁVEIS

O aumento de casos no CT e a morte de Erika voltaram a chamar atenção para o segmento mais exposto à doença, dentro da UFRJ. São 3.141 pessoas, segundo o último levantamento (de novembro) apresentado pela pró-reitoria de Governança (PR-6). Nenhum deles pode fazer o trabalho de forma remota. São funcionários de limpeza, vigilância e portaria.

No dia 16 de março do ano passado, data em que a UFRJ suspendeu as aulas presenciais, a PR-6 emitiu um ofício às empresas prestadoras de serviço com as diretrizes do governo federal

e da reitoria. No documento de duas páginas, orientações para intensificar a higienização em áreas de maior fluxo de pessoas, campanha de conscientização das medidas de prevenção e levantamento dos funcionários dos grupos de risco, como pessoas com 60 anos ou mais ou grávidas, “para avaliação da necessidade de haver suspensão ou substituição temporária na prestação dos serviços desses terceirizados”.

Quinze dias depois, novo ofício foi distribuído pela PR-6. Desta vez, dirigido às pró-reitorias, às decanias e às direções de unidade, também orientando sobre o afastamento dos trabalhadores em grupos de risco, em atividades consideradas essenciais ou não. E apresentando o modelo de autodeclaração de saúde, nestes casos. “Registre-se que a organização e o funcionamento da Unidade são atribuições da direção local”, informou a PR-6, via assessoria de imprensa.

A universidade não mantém um controle centralizado dos dados sobre os terceirizados e a covid. Questionada sobre o número de terceirizados que ficaram doentes ou vieram a falecer por conta da doença, a PR-6 limitou-se a dizer que “não realiza esse controle”. A reitora Denise Pires de Carvalho garante que pelo menos todos os que atuam nas unidades de saúde foram vacinados.

SOLIDARIEDADE

O que falta de informação sobre a solidariedade na UFRJ. A família de Erika, que trabalhava há 13 anos na universidade, recebeu imediato apoio dos colegas e das entidades repre-

sentativas. Esta semana, a mãe da funcionária recebeu uma cesta básica da associação dos terceirizados (ATTUFRJ), que veio de uma cota doada pela AdUFRJ. “A cesta vai ajudar muito neste momento”, disse o primo Marcelo Henrique.

Presidente da ATTUFRJ, Waldinêa Nascimento acredita que a situação ocorrida do CT, um dos pontos que mais concentra terceirizados no campus, reflète o avanço da covid na cidade: “Quando veio essa nova variante, é que começaram a pipocar os casos no CT”, afirma. “Este ano, está muito rápido (o contágio), pegando firme”.

A dirigente da associação repudia qualquer tentativa de retorno presencial das aulas. “Sem vacina, acho impossível. Isso é uma loucura”, afirma. “Vamos supor que as aulas tivessem começado, neste período que teve a maior taxa de contaminação entre os terceirizados. Seria o caos”.

A UFRJ se prepara para a etapa de vacinação na capital, que vai priorizar os trabalhadores da Educação, incluindo os terceirizados, entre 59 e 45 anos, a partir de 26 de abril. Todos devem estar na ativa e apresentar contracheque. A reitoria providenciará comprovante para os servidores que não têm contracheque, desde que as listagens sejam enviadas por ofício à administração central.

Os que atuam nos campi Macaé e Duque de Caxias poderão se dirigir ao posto de vacinação drive-thru localizado no Fundão, que continua funcionando apenas aos sábados, nos horários determinados pela prefeitura.

PROJETO DE LEI QUER FORÇAR REABERTURA DE UNIVERSIDADES

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Um projeto de lei que reabra escolas e instituições de ensino superior durante a pandemia tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Além de atingir a autonomia universitária, o PL nº 5.595/2020 apresenta uma contradição no país que bate recordes diários de mortes por covid-19: a suspensão das atividades só pode ocorrer “em situações excepcionais cujas restrições sejam fundamentadas em critérios técnicos e científicos devidamente comprovados”.

A tramitação em regime de urgência foi aprovada por 307 votos contra 131, no dia 13. Mesmo com orientação contrária das lideranças dos partidos de esquerda (e do DEM), alguns parlamentares surpreenderam. Tabata Amaral (PDT-SP), por exemplo, votou a favor da tramitação acelerada da matéria. “Mais do que o conteúdo, o que chama atenção neste PL é o seu ‘timing’, que, na falta de palavra melhor, é macabro”, afirma o vice-presidente da AdUFRJ, professor Felipe Rosa. “É absolutamente incompreensível, no momento em que os especialistas dizem que deveríamos estar em lockdown”,

completa. Felipe lembra que o presidente Jair Bolsonaro vetou, em março, o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para os alunos das escolas públicas terem acesso ao ensino remoto. Agora, seus aliados na Câmara tentam forçar a volta ao presencial sem qualquer planejamento. “As universidades estão mais protegidas por conta da sua autonomia, garantida na Constituição. Neste sentido, é mais preocupante a situação do ensino básico, que envolve mais gente e não tem esta salvaguarda”, diz Felipe.

O professor ainda destaca que as universidades não estão paradas, com atividades presenciais essenciais e aulas remotas. “Não tem razão nenhuma para uma volta generalizada e apressada ao presencial, mesmo do ponto de vista da funcionalidade”.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF) também criticou a proposta. “Para o governo, escola tem que abrir, e ponto, custe o que custar. Não importa se estamos com a circulação da cepa da covid-19 mais letal e transmissível em todo o país”, escreveu, em seu

perfil no Instagram.

Como tramita em regime de urgência, o projeto de lei pode ser apreciado em plenário a qualquer momento. Mas caso seja aprovado, ainda precisaria passar pelo crivo do Senado.

UFRJ SEM RECURSOS

A UFRJ não recebeu sequer um centavo para adaptação de salas, durante a pandemia. Este ano, na tentativa de viabilizar algumas aulas práticas, foram solicitados ao MEC R\$ 3 milhões para a compra de equipamentos de proteção individual e testes, informa a pró-reitoria de Planejamento e Finanças. Mas sem sucesso.

VACINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO

Campanha do Sintufrj denunciou a irresponsabilidade sanitária do governo e provocou ataques bolsonaristas. Sindicato recebeu solidariedade de todo o país e reacendeu entusiasmo na universidade

SILVANA SÁ
silvana@adufurj.org.br

A universidade está sem ar. A asfixia da covid-19 se soma à asfixia do conhecimento, da ciência, da pesquisa, da educação, da arte e dos movimentos sociais. Há mais de 12 meses, as ruas estão caladas, silenciadas pela pandemia e pela escalada de mortes. Esse sufocante silêncio, no entanto, foi interrompido no final da tarde de sexta-feira passada, quando o Sintufrj iniciou uma surpreendente e vigorosa campanha nos muros, paredes e paradas do ônibus.

Com o mote “Vacina no braço, comida no prato”, a campanha gerou a fúria de apoiadores do presidente ao responsabilizá-lo pelos milhares de mortes evitáveis no Brasil.

Além de espalhar ódio e mentiras pelas redes, os seguidores do capitão ameaçaram o Sintufrj em ligações telefônicas

OS ATAQUES

A diretoria do Sintufrj conta que a campanha foi pensada e produzida durante mais de um mês e envolveu poucas pessoas em sua execução. A ideia era surpreender a sociedade, com ações coordenadas na Praia Vermelha, Linha Vermelha e Escola de Música, pontos de grande movimentação, ao longo da sexta-feira, 9. A maior repercussão se concentrou no painel luminoso instalado na Praia Vermelha.

Os ataques começaram depois que o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e o deputado estadual Anderson Moraes (PSL-RJ) protestaram em suas redes sociais contra o painel. Moraes chamou a reitoria de “mafiosa” e mentiu dizendo que havia uso de dinheiro público para fazer campanha negativa do governo. Ele ainda denunciou a UFRJ à Polícia Federal. Flávio Bolsonaro, por sua vez, afirmou que a campanha cons-

tituía um crime contra seu pai. Além das injúrias por escrito, o Sintufrj recebeu ameaças terroristas de lançar bombas, invadir a sede do sindicato e até agredir os profissionais que trabalham na entidade.

A SOLIDARIEDADE

Ainda no começo da manhã de sábado, 10, a AdUFRJ condenou os ataques ao Sintufrj. “A universidade está divulgando as orientações fundamentadas em decisões científicas, nós estamos distribuindo cestas básicas, tentando melhorar a situação de toda a população no enfrentamento da covid-19”, afirma a professora Eleonora Ziller. “Quem está atrapalhando, quem está sendo julgado mundialmente pelos crimes que vem cometendo é justamente quem nos acusa. Esse é o ‘inusitado’ da situação. É uma marca do nosso tempo, que não tem paralelo na nossa tradição. É realmente um

anônimas. Ao longo da última semana, foram muitos os recados de que a sede do sindicato seria invadida e destruída.

No domingo (11) e na segunda-feira (12), houve movimentação suspeita de carros em frente ao Sintufrj. Os veículos foram abordados pela Divisão de Segurança da universidade e deixaram o campus depois que os ocupantes disseram aos vigilantes que aguardavam consulta no Hospital Universitário. A direção do sindicato registrou ocorrência e aguarda os desdobramentos da investigação. O ódio tentou intimidar, mas não conseguiu. A sanha bolsonarista encontrou uma corrente de solidariedade muito maior do que poderia imaginar.

“Quem está com uma CPI nas costas, quem está com o mundo inteiro olhando para ele e dizendo que é o principal responsável pela enorme quantidade de mortes evitáveis nessa pandemia é o presidente da República. Não são os sindicatos”, resumiu a presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller.

“CANALHAS!!!
COMUNISTAS DOS
INFERNOS, VOCÊS HÃO
DE COMER O PÃO QUE
O DIABO AMASSOU. AS
ONÇAS ESTÃO COM
SEDE”

“Turma de parasitas, tem que acabar com todos esses sindicatos que só sugam os trabalhadores...”

“Só podia ser sindicato mesmo, um bando de mamador vagabundo que não gosta de trabalho... Ferraram com o povo no fica em casa agora vem falar de fome, vai pro raio que o parta!! Vcs são uns bandos de desonesto (sic)...”

absurdo”, resume a presidente da AdUFRJ.

Enquanto os bolsonaristas espalhavam ódio contra o Sintufrj,

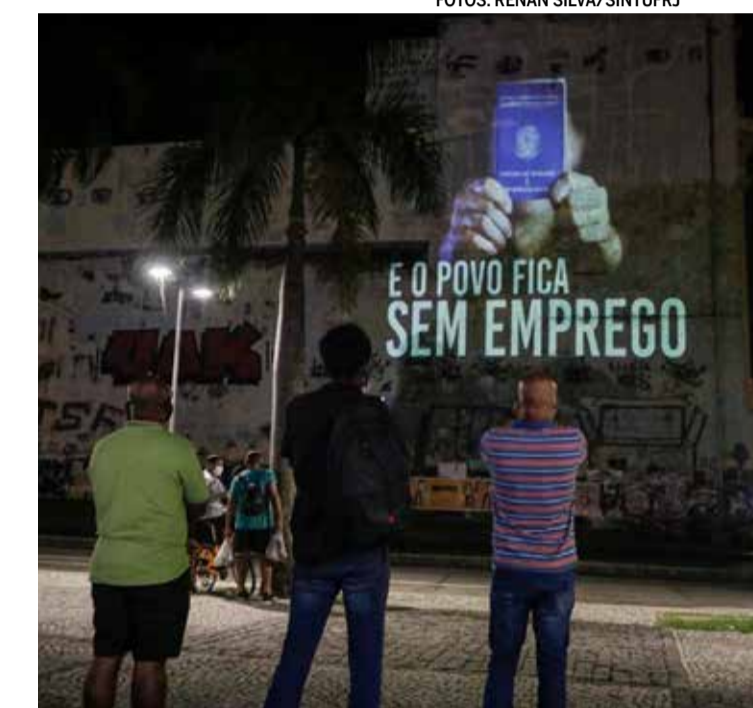
os democratas multiplicavam solidariedade ao sindicato. Desde sábado, circula uma crescente onda de apoio pelos quatro cantos do Brasil. Parlamentares, líderes de movimentos sociais e a comunidade acadêmica da UFRJ expressaram apoio à campanha.

O deputado federal Bohn Gass, do PT-RS, afirmou em sua rede social que o Rio viveu “um dia de legítimos protestos” e divulgou o vídeo da ação do sindicato. Ele terminou a publicação expressando “todo apoio ao Sintufrj”.

Alessandro Molon, deputado federal pelo PSB-RJ, compartilhou nas redes seu apoio: “Vacina no braço, comida no prato. Fora Bolsonaro! Campanha em defesa da vida e contra o governo Bolsonaro feita pelo Sintufrj”. Os deputados federais Marcelo Freixo (Psol-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Alencar Braga (PT-SP) também apoiaram a



FOTOS: RENAN SILVA/SINTUFRJ



ação nas redes sociais.

Vereador carioca pelo PT, Reimont declarou “apoio e solidariedade”. “Na política do ódio, não se pode divergir. Depois de se manifestarem contra a lentidão das vacinas e o aumento da fome, os companheiros do Sintufrj estão sofrendo graves ameaças. Todo meu apoio e solidariedade. Contem comigo”.

Deputadas estaduais pelo PSOL, Renata Souza e Dani Monteiro saíram em defesa do sindicato. “A perseguição política e a censura fazem parte da estrutura de um governo que despreza a democracia. Siga forte Sintufrj, eles passarão”, disse Renata. Já Dani afirmou que “os tempos são duros, mas também são de luta. Resistimos”.

João Pedro Stédile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), gravou um vídeo em que destaca a importância da ação. “Estamos muito comovidos a

nível nacional por essa ação de agitação e propaganda tão importante e que está sendo criminalizada estupidamente pelos bolsonaristas”, disse. “Você têm sido a voz da classe trabalhadora”.

A AdUFRJ e o Formas - Fórum de Mobilização e Ação Solidária da UFRJ, grupo formado pelas cinco entidades representativas da universidade, também publicaram notas de apoio (veja a íntegra abaixo).

Já a Reitoria assumiu uma posição mais cautelosa. Em nota, esclareceu que a campanha não era da universidade e criticou o local de instalação do painel no campus da Praia Vermelha, o que gerou uma frustração em muitos setores que esperavam um posicionamento mais firme, como ocorreu no CEG. No dia 14, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou por unanimidade uma moção de apoio ao Sintufrj.



RESISTÊNCIA PARA BARRAR O ÓDIO

O que sofre agora o Sintufrj já aconteceu com a Aduferpe, seção sindical dos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Depois que o sindicato instalou outdoors em Recife, no ano passado, criticando Bolsonaro, a professora Érika Suruagy foi acusada de injúria em inquérito aberto pela Polícia Federal. Ela era presidente da Aduferpe na época. O outdoor tinha a imagem de

Bolsonaro vestido de Senhor da Morte e as inscrições “Inimigo da Educação e do povo. Mais de 120.000 mortes por covid-19 no Brasil. #ForaBolsonaro”. Diante da coação à professora, entidades nacionais entraram na briga e vão apoiar a instalação de novos outdoors por toda a grande Recife e interior de Pernambuco. Já fazem parte da campanha Andes, CUT, Conlutas, CTB, UNE entre outras.

NOTA | AdUFRJ

NÃO VAMOS NOS CALAR

AdUFRJ

O Brasil precisa de comida no prato e vacina no braço, como diz a chamada da campanha do SINTUFRJ. E precisa também que a CPI no Senado aponte para a sociedade brasileira quais são as autoridades res-

ponsáveis pela maior crise sanitária de nossa história. É a maior crise que já vivemos porque são mortes evitáveis. Há uma orientação mundial para o controle da pandemia que as nossas autoridades federais têm ignorado desde que tudo começou. Quantas pessoas poderiam ter sido salvas se não fossem iludidas com a divulgação e distribuição de medicamentos

sem eficácia comprovada? Estamos juntos cobrando uma resposta ao povo brasileiro. Ninguém calará a universidade e suas entidades. O governo é genocida e terá que responder por isso. E não nos intimidaremos. O vídeo que foi projetado em prédios e no campus da universidade é uma manifestação legítima e não pode sofrer qualquer censura. Não foi uma

ação institucional e a UFRJ não pode ser responsabilizada por isso. A única atitude que esperamos das autoridades federais é a defesa intransigente da liberdade de expressão e do debate político, assim como o respeito ao princípio constitucional da autonomia universitária. E que a família Bolsonaro, antes de tentar nos intimidar, que responda por suas atividades suspeitas.

NOTA | FORMAS

EM DEFESA DA VIDA, DA DEMOCRACIA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: ESTAMOS JUNTOS E NÃO NOS INTIMIDARÃO!



As entidades representativas da UFRJ estão reunidas desde o início da pandemia no Fórum de Mobilização e Ação Solidária.

Juntas distribuíram toneladas de alimentos a milhares de pessoas e organizaram ações de protesto e mobilizações. Afiraram desde sempre seu compromisso com o enfrentamento da covid-19 a partir de parâmetros científicos, reterendados pelas diversas instâncias da universidade. Desde

os primeiros dias de suspensão das atividades presenciais, juntas enfrentaram o descaso e a política de destruição nacional do atual governo. Não se intimidaram com as granadas jogadas nos bolsos do funcionalismo, desmoralizaram ministros mentirosos e, em ação conjunta com as entidades da

Educação no estado do Rio de Janeiro e em todo o país, constroem uma grande frente em defesa da educação pública brasileira.

E não será diferente agora, que pseudo guardiões da moral e dos bons costumes, com extensa e conhecida ficha criminal, tentam intimidar o Sintufrj, com ameaças e provocações. Cerramos fileiras em defesa da liberdade de expressão, do livre debate e da participação ativa e responsável do corpo social da UFRJ na luta contra

o negacionismo e a mentira que vêm guiando as ações do governo federal. Bolsonaro terá que responder por suas ações e omissões.

A sociedade não pode ser refém de fakenews e desinformação. Basta de mortes evitáveis! Estaremos todos gritando alto e bom som: Bolsonaro genocida! Vacina já: universal e gratuita! Viva o SUS! Pela volta do auxílio emergencial de 600 reais! Contra a reforma administrativa, em defesa do serviço público!

Sindicato pode ir à Justiça por adicionais ocupacionais

> Pró-reitoria de Pessoal respondeu ofício de dezembro da AdUFRJ somente no final de março, sem dar solução ao problema. Ação judicial coletiva está sendo estudada

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Na próxima segunda-feira (19), a AdUFRJ se reúne mais uma vez com a reitoria para tentar buscar caminhos, pela via administrativa, que resolvam o problema dos adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade e radiação ionizante). A reunião é fruto da articulação entre a AdUFRJ e o Sintufrj. Muitos professores e técnicos da universidade nunca receberam os valores devidos, outros deixaram de receber ao mudarem de lotação ou função – mesmo continuando em atividades com grau de exposição a agentes nocivos. Há, ainda, os que estão com processos parados por falta de equipamentos de medição.

“O trabalhador não pode pagar por uma falha que é do empregador”, defende Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ. “Há muitos processos em que a universidade alega não ter capacidade técnica para verificar o grau de exposição ao que o docente está exposto, mas ela não resolve o problema e a pessoa não tem o seu pleito julgado”, conta. “Não pode o empregador



“O trabalhador não pode pagar por uma falha que é do empregador”

PEDRO LAGERBLAD
Diretor da AdUFRJ

ser incapaz de avaliar e por isso não conceder o direito. Repassar ao trabalhador esse ônus é uma coisa absurda. Não é razoável”, critica Pedro.

No caso do Sintufrj, os problemas se somam a um grande número de trabalhadores que atua na linha de frente do combate à covid-19 e não recebe o grau máximo da insalubridade. “Vamos fazer essa reunião na expectativa de superar os conflitos e destravar a pauta de reivindicações relacionadas aos adicionais ocupacionais”, explica a coordenadora-geral do Sintufrj, Neuza Luzia. “Esperamos que o encontro seja positivo, que o direito dos trabalhadores seja reconhecido pela universidade, sem necessidade de buscar a Justiça”, afirma.

Caso não haja um desfecho favorável, a AdUFRJ pretende ajuizar ação coletiva. “Espera-

mos que a PR-4 apresente uma resposta que resolva as questões, mas existe a possibilidade concreta de buscarmos uma solução jurídica coletiva, que deve ser aprovada em assembleia da categoria”, confirma Pedro.

BUSCA POR SOLUÇÕES

Desde o ano passado, o sindicato se empenha para acabar com o calvário dos adicionais. Um dos caminhos foi o mapeamento da quantidade de professores que não recebem ou perderam indevidamente o benefício. Levantamento feito pela AdUFRJ, em parceria com o Instituto de Química e com o campus Macaé, constatou que, em toda a universidade, cerca de 20% dos docentes que têm direito aos adicionais não recebem os valores.

Para tentar uma solução interna, a seção sindical realizou duas reuniões no ano passado com a administração central. Na segunda delas, em dezembro, a AdUFRJ apresentou um ofício com cinco reivindicações e pedidos de esclarecimentos, dentre eles o pedido de não cortar adicionais dos docentes que mudam de lotação ou assumem cargo de chefia; implementar o percentual máximo para todos os que desenvolvem trabalhos

nos hospitais e, em especial, para os que atuam no combate à covid-19; e criar uma força-tarefa na pró-reitoria de Pessoal para garantir agilidade na análise dos processos.

O documento só foi respondido oficialmente pela pró-reitoria de Pessoal no final de março e não atendeu às solicitações do sindicato. As respostas insatisfatórias já constituem elementos, na avaliação da assessoria jurídica da AdUFRJ, que permitem entrar na Justiça para garantir o direito aos docentes.

“É muito importante que os professores tenham seu direito reconhecido, porque quem trabalha muito tempo exposto a agentes de contaminação pode ter problema grave de saúde no futuro”, alerta a advogada Ana Luísa Palmisciano, assessora do sindicato. “Exatamente por isso existem as aposentadorias especiais, para reduzir o tempo de serviço para quem recebe esses adicionais e minimizar os riscos de adoecimento”, explica.

OUTRO LADO

Diretor da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho (DVSSST), unidade responsável pelas perícias para concessão dos adicionais, Lucas Padilha afirma que há muitos problemas a serem resolvidos em sua divisão, mas que a equipe trabalha para solucioná-los. “A equipe não foi vacinada, as pessoas têm medo de ir aos locais de trabalho, mas as perícias de radiação não pararam”. Ele assumiu a divisão em outubro passado. Além das perícias, a equipe trabalha para concluir 2.300 processos físicos que se arquivam desde 2010. “Montamos uma força-tarefa, mas nos falta até scanner para digitalizar os documentos”, reclama.

O engenheiro passou a utilizar equipamentos de laboratórios da universidade para fazer as perícias de radiação e escreveu um projeto de cooperação interna com o Instituto de Química para ter como realizar as perícias de elementos químicos. “Nossa próxima meta é trabalhar nos relatórios de insalubridade e periculosidade. Ainda são muitos os entraves, mas estamos caminhando”.

VOCÊ TRABALHA EXPOSTO A AGENTES NOCIVOS?

VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

SEU ADICIONAL FOI CORTADO?

VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

VOCÊ PEDIU À REITORIA PARA DEVOLVER O ADICIONAL CORTADO?

VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

PLANTÃO JURÍDICO AMPLIADO

Professores que tenham outras questões associadas à insalubridade, periculosidade ou radiação, devem entrar em contato com a AdUFRJ.

O atendimento jurídico virtual foi ampliado e acontece todas as terças (entre 8h e 12h) e quintas-feiras (de 12h30 às 16h30).

O atendimento é feito pelo aplicativo Zoom. Para agendar um horário, envie e-mail para atendimentojuridico@adufrrj.org.br ou mensagem de Whatsapp para (21) 99808-0672.

Você receberá o link para participar no número informado. No horário marcado é só clicar no link e entrar na sala de reunião.

Calendário da pós está em desalinho com a graduação

> CEPG aprovou em maio de 2020 quatro calendários, com base nos prazos das agências de fomento, mas atividades perduram durante recesso definido pelo CEG. AdUFRJ defende integração

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

O desalinhamento entre os calendários da graduação e da pós-graduação embaralha o cronograma de muitos professores. Aqueles que lecionam na pós continuarão em atividade ao longo do recesso de quatro semanas da graduação, aprovado recentemente pelo CEG (Conselho de Ensino de Graduação). Defendido pela AdUFRJ, o novo calendário conta com um intervalo maior (13/6 até 11/7) separando os semestres de 2020 e 2021, para facilitar a organização dos períodos e amenizar a exaustão da comunidade acadêmica. No entanto, o primeiro semestre letivo de 2021 da pós-graduação se inicia no dia 3 de maio, e ainda estará em curso durante esse recesso recém-estabelecido para a graduação.

O descompasso entre os calendários é o principal ponto em discussão. “Existe um posicionamento unânime do Conselho de Representantes para que os conselhos de Ensino da Graduação e da Pós-Graduação, CEG e CEPG, se reúnam para trabalhar em conjunto propostas de compatibilização e ajuste de calendário”, aponta a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. Ela acredita que a fragmentação das esferas acadêmicas é apenas mais um dos problemas que a pandemia agrava e expõe. “Essa é uma lição essencial. A definição do calendário precisa ser uma decisão conjunta da universidade, integrando a graduação e a pós,

para que a UFRJ cresça e para que os professores possam produzir mais”, afirma Eleonora.

Um fator crucial para esse desencontro de calendários foi a data de retomada das aulas na pandemia. “A pós-graduação da UFRJ decidiu pelo ensino remoto muito antes da graduação. A resolução do CEPG foi em maio de 2020, pois sabíamos que os alunos precisariam ter integralização dos créditos para defender suas teses”, explica Denise Freire, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2). Esse início mais imediato estava atrelado à preocupação do conselho com os prazos fornecidos pelas agências de fomento, como Capes e CNPq. Diferentemente da graduação, a pós não passou antes por um Período Letivo Excepcional (PLE) e, no dia 3 de agosto, deu início às aulas remotas relativas ao primeiro período de 2020.

Para atender da melhor maneira possível os 133 programas que abrange, a pós-graduação da UFRJ atua com três calendários diferentes: um semestral, um bimestral e um trimestral. Durante a pandemia, foi estabelecido também um calendário trimestral alternativo, totalizando assim quatro calendários com datas de recesso distintas (veja o quadro). A pró-reitora ressalta que essa complexidade se dá pelo ritmo diferenciado de aulas na pós, que propicia flexibilidade e autonomia maiores. “Na pós-graduação, cada professor escolhe o seu período de dar aula. Dependendo do programa, ele pode lecionar por duas semanas seguidas diretas, ao invés de dividir suas aulas ao longo de todo o período”, exemplifica.

CALENDRÁRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (PÓS-GRADUAÇÃO)



CALENDRÁRIO BIMESTRAL				
PERÍODOS LETIVOS	BIMESTRE			
	1º	2º	3º	4º
Início	03/05/2021	12/07/2021	20/09/2021	29/11/2021
Término	03/07/2021	11/09/2021	20/11/2021	05/02/2022

CALENDRÁRIO SEMESTRAL		
PERÍODOS LETIVOS	SEMESTRE	
	1º	2º
Início	03/05/2021	27/09/2021
Término	04/09/2021	05/02/2022

CALENDRÁRIO TRIMESTRAL				
PERÍODOS LETIVOS	TRIMESTRE			
	1º	2º	3º	4º
Início	03/05/2021	09/08/2021	16/11/2021	-
Término	31/07/2021	06/11/2021	26/02/2022	-

CALENDRÁRIO TRIMESTRAL (ALTERNATIVO)				
PERÍODOS LETIVOS	TRIMESTRE			
	1º	2º	3º	4º
Início	03/05/2021	26/07/2021	11/10/2021	03/01/2022
Término	17/07/2021	02/10/2021	23/12/2021	26/02/2022

Com esses calendários, aprovados em novembro pelo CEPG, a pró-reitora espera que no ano que vem a pós-graduação da UFRJ já esteja com seus períodos equalizados. Ela ressalta que a proposta foi amplamente

discutida e aceita por todas as coordenações de cursos, mas lamenta que o alinhamento com o calendário da graduação só deva ocorrer em 2022. Entretanto, essa é uma questão de interesse da PR-2. “Existem muitos alu-

nos que saem da graduação e entram imediatamente na pós. Por isso, é interessante que haja uma certa coincidência entre esses calendários, para facilitar a entrada desses estudantes nos programas”, diz Denise.

Os desafios da pandemia modificaram toda a lógica de pesquisa na universidade, tanto no que concerne à chegada de novos estudantes nos cursos de pós-graduação, quanto à formação de outros. A maioria dos prazos dados pelas agências de fomento, por exemplo, foi alterada. “A gente teve uma série de flexibilizações por parte das agências de fomento, que nos permitiram ter um pouco mais de tranquilidade quanto ao calendário. Mas logo começaram a surgir problemas, como o fato de a pandemia durar muito mais do que a extensão de algumas bolsas”, conta Denise.

Enquanto as agências prorrogaram o limite de defesa para a maioria de suas bolsas, muitos dos estudantes da pós que não são bolsistas se viram prejudicados. “O que está acontecendo na prática é que vários programas estão pressionando esses estudantes a defenderem em um prazo original”, critica Kemily Toledo, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG). Segundo Kemily, que é estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (PPGE), a Resolução 03/2020 do CEPG suspendeu a contagem de prazos desde o dia 14 de março de 2020. “Uma luta muito importante nossa é que os programas respeitem essa suspensão da contagem de prazos, que é válida para toda a pós-graduação da UFRJ”, completa.

NOTAS



PROCESSOS FÍSICOS VÃO ACABAR E PASSARÃO A SER SÓ ELETRÔNICOS

A UFRJ emitiu esta semana um aviso a todos os servidores sobre o fim dos processos físicos na universidade. A autuação desses processos só será aceita até o dia 30 deste mês. A partir de 1º de maio, todos os documentos oficiais e os processos administrativos passarão a ser criados exclusivamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sem a necessidade de impressão ou digitalização. Com essa mudança, a partir de 1º de maio não será mais possível autuar novos processos no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP). Para os que ainda não possuem acesso ao SEI, é importante regularizá-lo o quanto antes, acessando <https://bit.ly/3uNuAeZ>. Para mais informações, consulte <https://bit.ly/3c1Alh9>.

ENTIDADES CIENTÍFICAS DEFENDEM LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA O FNDCT

Em carta aberta ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), oito entidades ligadas às áreas de Ciência e Educação defendem a liberação de R\$ 5,1 bilhões da Reserva de Contingência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) no orçamento da União para 2021. A verba foi garantida com a aprovação do PLP 135/2020 pelo Congresso, após ampla mobilização da comunidade científica e da sociedade civil. Mas, ao sancionar o PLP como Lei Complementar 177/21, o presidente Jair Bolsonaro vetou a liberação. Apesar de o veto ter sido derrubado pelo Congresso em 17 de março, ele só foi promulgado em 26 daquele mês, um dia depois da aprovação do orçamento da União.

Na carta, as entidades alertam o MCTI para essa “situação inusitada” e para o risco de não liberação desses recursos para o FNDCT em 2021. “Há a obrigação legal do governo liberar os R\$ 5,1 bilhões da Reserva de Contingência ainda em 2021, e é inaceitável que isto não seja feito”, adverte o documento, assinado, entre outras entidades, pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

UFRRJ FAZATO EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

As entidades representativas de professores, alunos e trabalhadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) promoveram nesta quinta (15) o ato político-cultural #ReitorEleitoReitorEmpossado, em defesa da autonomia universitária e da democracia, que vêm sofrendo seguidos ataques do governo federal. O encontro virtual foi transmitido pelos canais da ADUR-RJ e do Sintur-RJ no YouTube e contou com o apoio de diversas entidades do campo progressista. A AdUFRJ foi representada no evento por sua presidente, a professora Eleonora Ziller. Além dos discursos dos representantes das entidades, o ato teve muitas apresentações culturais.

Desde o início do governo Bolsonaro, já são 22 as universidades e instituições federais de ensino que sofreram algum tipo de intervenção da União, sobretudo com o desrespeito às decisões das comunidades universitárias sobre a escolha dos reitores. O caso mais recente foi o da UFRRJ. Em 31 de março, Bolsonaro nomeou o terceiro colocado na lista tríplice da instituição, o professor Roberto de Souza Rodrigues. O primeiro colocado foi Ricardo Berbara, reeleito pela comunidade acadêmica, mas preterido pelo presidente.

MEC FAZ TRAPALHADA NO SISU

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

Em mais uma de suas trapalhadas, o Ministério da Educação (MEC) revogou o entendimento sobre a nota de corte dos cursos ofertados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A medida acaba com a classificação dupla, criada em 2020, em que se considerava a nota dos candidatos parcialmente classificados no curso de primeira opção para calcular a nota de corte do curso de segunda opção. Dessa maneira, era possível que um mesmo estudante estivesse em duas listas de classificação distintas, ocupando a vaga de uma pessoa com a nota inferior. O método foi

criticado pelos estudantes como #erroronusu, já que muitos não conseguiram a sonhada vaga pela existência desses “fantasmas” nas listas.

“Diante de apelos contrários à forma de divulgação da nota de corte, adotada a partir de 2020, a atual gestão do MEC determinou que a nota de corte volte a ser divulgada como era antes daquela alteração no seu formato”, afirmou o MEC por meio de nota. Nessa edição, cada estudante poderá ser classificado apenas em uma das opções de curso. O Sisu recebeu inscrições de 6 a 14 de abril, e ofertou 206.609 vagas para 5.571 cursos de graduação, distribuídos em todos os estados do Brasil.

Na UFRJ, a pré-matricula dos estudantes classificados na primeira chamada do Sisu ocorre de 19 a 23 de abril. Ainda não há data prevista para o envio online de documentação dos 5.248 novos estudantes de 2021.1. O número de vagas ofertadas é um pouco superior ao de antes da pandemia, em função de alguns cursos não terem realizado o Teste de Habilidade Específica (THE) e optado por ofertar suas vagas pelo Sisu, conforme informou a pró-reitoria de Graduação (PR-1). A matrícula acontece de forma inteiramente remota desde 2020.2, com uma plataforma exclusiva desenvolvida pela equipe do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) e da PR-1.

Para Antônia Velloso, diretora do DCE Mário Prata, o processo do Enem/Sisu tem sido muito

complicado. “Desde a forma que saíram as notas, com atrasos e erros. Fizemos uma grande briga pelo #adiaenem”, lembra. “No final das contas, a gente vê uma desorganização do MEC, que não consegue efetivar nenhuma política pública que funcione”, acredita. Na opinião da estudante, a UFRJ está se saindo bem na operação de 2021.1, disponibilizando tempo e estrutura para a recepção de novos alunos. “Como todo o processo está sendo online, estamos respondendo e ajudando com as dúvidas, também em relação às cotas e aos documentos”, conta.

Na quarta-feira (14), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu que as reuniões das comissões de heteroidentificação devem ser presenciais. “É um procedimento necessário. Nossa

universidade viveu muito tempo de fraudes nas cotas, e o método que foi achado para que isso seja quase zerado foi a comissão de heteroidentificação. E faz parte disso que seja presencial”, diz Antônia Velloso. “É uma escolha que tomamos para evitar fraudes nas cotas, e todos esses casos de pessoas que moram longe serão analisados pela PR-1”, afirma.

Ricardo Anaya, superintendente de Acesso e Registro da PR-1, afirmou no CEG que a pró-reitoria aguardará sinalização do GT Coronavírus para realizar a logística das reuniões. “Cuidando sempre para fazer de uma forma que minimize os riscos, para os candidatos e para as comissões. A heteroidentificação dos candidatos de Macaé será feita em Macaé, e a dos outros campi será na Cidade Universitária”, explica.



AÇÕES SOLIDÁRIAS DA ADUFRJ NA PANDEMIA: APOIO AOS MAIS VULNERÁVEIS É PRIORIDADE

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

A crise sanitária que já levou a vida de mais de 360 mil brasileiros, estimulada por um governo federal inepto e negacionista, tem afetado de forma mais aguda as famílias mais necessitadas. São elas que tiveram o auxílio emergencial cortado no fim do ano passado, passaram os três primeiros meses deste ano sem qualquer apoio da União, e só agora começam a receber mais quatro parcelas de ajuda financeira, em valores insuficientes para manter condições dignas de sobrevivência. Diante desse quadro desolador, a AdUFRJ não poderia ficar de braços cruzados. Ao lado de outras entidades que rechaçam o governo genocida do presidente Jair Bolsonaro — como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

(MTST) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufjr) — ou em ações próprias, o sindicato tem se mobilizado para dar apoio aos mais vulneráveis durante a pandemia da covid-19.

Da doação de água e cestas básicas à população do Amapá, estado que sofreu um longo apagão de energia em novembro do ano passado, ao apoio a famílias de alunos e terceirizados do Colégio de Aplicação, a AdUFRJ não tem medido esforços para alimentar a cadeia de solidariedade que se espalha pelo país, em contraponto à falta de empatia e ao descaso do Palácio do Planalto. Essa cadeia não é feita só de doações ou ajuda financeira. As imagens que ilustram esta página compõem uma série de cards feita pela AdUFRJ para divulgar essas ações solidárias nas redes sociais. Compartilhe e leve adiante esse pacto coletivo em favor da vida.



AÇÕES DA AdUFRJ NA PANDEMIA



Ação solidária junto à população do Amapá, que sofreu longa queda de energia em plena pandemia

AdUFRJ



AÇÕES DA AdUFRJ NA PANDEMIA



Doação de cestas básicas e de kits de higiene

AdUFRJ



AÇÕES DA AdUFRJ NA PANDEMIA



Apoio à campanha "Cozinha Solidária", do MTST

AdUFRJ | 



AÇÕES DA AdUFRJ NA PANDEMIA



Participação no Fórum de Mobilização e Ação Solidária (Formas) da UFRJ

AdUFRJ



AÇÕES DA AdUFRJ NA PANDEMIA



Projeto "Natal sem Fome" (2020), em parceria com o Sintufjr

AdUFRJ | 